

**Nº 1 - O QUÊ É O REVISIONISMO?**

de Eduardo Arroyo

Um resumo histórico sobre os principais pesquisadores revisionistas do mundo. Suas lutas, perseguições, derrotas e vitórias.

**Nº 3 - A HISTÓRIA DAS SS EUROPEÍAS**

do General-SS Leon Degrelle

A verdadeira história das Waffen-SS, narrada de maneira magistral por um de seus mais famosos integrantes. Obra básica para compreender o contexto histórico em que surgiu o mais fantástico e controvertido grupamento militar contemporâneo.

DIGITALIZADO PELA EQUIPE DO SITE:

[WWW.INACREDITAVEL.COM.BR](http://WWW.INACREDITAVEL.COM.BR)

**RESERVE JÁ O PRÓXIMO NÚMERO!**

**A SAIR: Nº 3 "A HISTÓRIA DAS SS EUROPEÍAS"**

do General-SS Leon Degrelle

Arthur R. BUTZ

# **A FÁBULA DO HOLOCAUSTO**



**COLEÇÃO CLÁSSICOS REVISIONISTAS**

**Nº 2**

Ediciones Rioplatenses

© *Arthur R. Butz*

© *Ediciones Rioplatenses*

Queda hecho el depósito que marca la ley 11.723

Impreso en Talleres Gráficos Unión del Sur, calle Agüero 2346,  
Buenos Aires, Argentina.

IMPRESO EN LA ARGENTINA.  
PRINTED IN ARGENTINA.

# A FÁBULA DO HOLOCAUSTO

## CONTEXTO E PERSPECTIVA

Enquanto o atual interesse nos detalhes é desejável do ponto de vista do revisionismo, por outro lado também se faz necessário porque os defensores da lenda decidiram, aos efeitos de uma intenção contrária, que um enfoque sobre os detalhes também pode ser desejável, toda vez que se produz algo parecido com um debate. Esta estranha harmonia antagônica dos dois campos é, supostamente, superficial.

Que o enfoque sobre os detalhes acarreta perigos para os revisionistas, pode ver-se quando se nota que os defensores da lenda adotam esta tática porque lhes permite substituir a questão essencial por algumas mais maleáveis. Especificamente, enganam a seu público, fazendo-o perder a perspectiva e o contexto.

Podemos começar perguntando-nos exatamente o que chamará a atenção da posteridade como algo extraordinário: não será o "extermínio" dos judeus, já que este não existiu. Tampouco, será o programa alemão de expulsão dos judeus. Haverá, claro, algum interesse nesse programa, do mesmo modo em que existe atualmente, algum interesse da parte dos historiadores, em todo tipo de episódios do passado. Sem dúvida, aquele programa alemão estava muito longe de ser algo único, se levarmos em conta que os judeus haviam sido expulsos da área de Jerusalém no século II e da Espanha no século XV, para mencionar somente as duas expulsões mais famosas. O programa alemão poderá parecer deplorável, mas certamente não aparecerá como algo extraordinário.

O que parecerá único é a difusão da lenda do "holocausto" dentro da sociedade ocidental, sua utilização intensiva, além de toda sensatez, sua impugnação por parte de setores não convencionais e sua subsequente desapareição. Uma das implicâncias disto, que para os revisionistas quiçá seja simultaneamente instrutivo e preocupante, é que os próprios

revisionistas serão objetos da análise histórica. Isto é, somos parte do processo histórico, que verá a posteridade, e não meramente seus investigadores pioneiros.

Creio que nos verão desta maneira, principalmente por nossa tendência a enredarmos em detalhes, enquanto deixamos de lado, ou não damos importância, às observações que, no futuro, parecerão tão óbvias como conclusivas.

Tomemos um exemplo: ao final de seu longo e fartamente documentado estudo, Martin Gilbert, o biógrafo de Winston Churchill, escreve: "entre maio de 1942 e junho de 1944, quase nenhuma das mensagens que chegavam ao Oeste faziam referência a Auschwitz, como destino dos judeus deportados ou como centro de extermínio. Tampouco o nome de Auschwitz havia impressionado de modo algum aqueles que estavam construindo o que acreditavam ser um quadro cada vez mais compreensível do destino dos judeus". (Gilbert, Martin. *Auschwitz and the allies*. NY, 1981, Holt, Rinehart & Winston, p. 340).

Por outro lado, em seu estudo, mais breve, mas também muito documentado, Walter Laqueur, diretor do Instituto de História Contemporânea em Londres, e editor do "Journal of Contemporary History", explica-nos que "extermínios" massivos em Auschwitz não podiam ter sido ocultados, posto que Auschwitz era um "verdadeiro arquipélago", que "os presos de Auschwitz estavam dispersos por toda Silésia, e se encontravam entre milhares de pessoas", que "centenas de empregados civis trabalhavam em Auschwitz" e que "os periodistas viajavam por todo o local, e forçosamente, teriam que ter ouvido algo", etc. etc. (Laqueur, Walter. *The terrible secret*. Boston, 1980, Little, Brown & Co., p. 22/25).

Não tenho nada que objetar a estas observações, e o leitor pode fazer uma verificação muito simples. Está se dizendo a ele que: a) no período de maio de 1942 a junho de 1944, os interessados no assunto não tinham informação sobre "extermínios" maciços em Auschwitz e b) que "extermínios" maciços em Auschwitz não poderiam ter sido ocultados por muito tempo. A conclusão é de uma simplicidade infantil: não houve informação sobre "extermínios" maciços em Auschwitz durante o período crítico, e não poderiam man-



ter-se em segredo “exterminios” maciços em Auschwitz. Portanto, não houve “exterminios” maciços em Auschwitz.

A conclusão não é ilusória, e somente requer uma lógica elementar. Ela é comparável com o silogismo: não vejo nenhum elefante no meu porão; um elefante não poderia ter se escondido dos meus olhos no meu porão; portanto, não existe um elefante no meu porão.

A lógica nos diz que esta observação deveria ser conclusiva, mas sei que, em futuras controvérsias, freqüentemente, ela será deixada de lado. A literatura dos defensores da lenda abunda em concessões que assombrarão a posteridade. Esta posteridade se espantará, em primeiro lugar, de que a lenda pôde ser criada, e em segundo lugar, por que fez falta toda uma literatura revisionista para refutá-la. Vamos pois, ao específico.

Os atores principais do episódio histórico são os governos das distintas potências em guerra, as organizações judaicas que operavam em territórios aliados e neutros, as organizações judaicas que operavam abertamente, sob a ocupação alemã, as organizações clandestinas de resistência na Europa, ocupada pelos alemães, a Igreja Católica e a Cruz Vermelha Internacional.

Entre as organizações judias, se destacam: o JDC (American Jewish Joint Distribution Committee — Comitê Conjunto Americano-Judeu de Distribuição) estreitamente associado ao AJC (American Jewish Committee — Comitê Judeu Americano) e que era “a organização política da elite não sionista dos judeus norte-americanos”. (*Bauer, Yehuda. American Jewry and the holocaust. Detroit, 1981, Wayne State Univ. Press, p. 21 e seg.*). O JDC se destacava em brindar assistência material aos judeus. Na Europa, um de seus representantes mais importantes foi Joseph J. Schwartz, em Lisboa. Sem dúvida, o mais importante, do nosso ponto de vista, foi Saly Mayer, a representante, às vezes não oficial, mas sempre principal, do JDC, na Suíça. Mayer estava sempre em constante contato com o JDC de Lisboa e Nova York e também com os judeus da Europa ocupada, tanto oriental como ocidental. (*Bauer, op. cit., cap. 8 e 9, p. 246, 264, 272, 274, 333, 366 e seg. e 361 e seg.*).

Também proeminente entre as organizações judaicas era a JA (Jewish Agency — Agência Judaica), o governo israelense daquele tempo, semi-oficial, cuja luminária diretriz era Chaim Weizman e cujo representante em Gênova era Richard Lichtheim e Abraham Silberstein. O sionismo também estava representado pelo WJC (World Jewish Congress — Congresso Mundial Judaico) cuja luz diretriz era Nahum Goldman e o rabino Stephan S. Wise e cujo principal representante na Suíça era Gerhart Riegner. Os representantes suíços destas e outras organizações judaicas estavam em constante contato com judeus na Europa ocupada, e com representantes judeus e não-judeus dos países aliados. Por exemplo, comunicações postais e telefônicas entre judeus de países ocupados e judeus residentes em países neutros, como Suíça e Turquia podiam ser facilmente estabelecidas. (*Laqueur, op. cit., p. 4, 170 e seg., 188*).

Como foi perfeitamente explicado por muitos livros — além do meu — (por exemplo, o livro de Gilbert), foi do WJC, suplementado pelo JA, o governo polaco exilado em Londres, e ocasionalmente alguns grupos mais obscuros, que surgiu a primeira propaganda relativa ao “extermínio”.

Aqui há, então, oito observações simples, todas extraídas da literatura dos defensores da lenda. Às vezes via intermediação do meu livro, que estabelecem a não historicidade do “holocausto”, ou mais precisamente, a do programa de “extermínio” físico e maciço dos judeus europeus.

**AS ACUSAÇÕES DE PÓS-GUERRA TIVERAM SUA ORIGEM EM ACUSAÇÕES DE EXTERMÍNIO NASCIDAS DURANTE A GUERRA. SEM DÚVIDA, AS DIFERENÇAS ENTRE AMBAS ACUSAÇÕES SÃO TAIS QUE RESULTA EVIDENTE QUE AS ACUSAÇÕES NASCIDAS DURANTE A GUERRA NÃO ESTAVAM EMBASADAS EM ACONTECIMENTOS REAIS.**

Existem duas classes principais de diferenças entre as acusações surgidas durante a guerra e aquelas que aparece-

ram depois. Primeiro, muito do que se alegou durante a guerra foi deixado de lado depois, e somente uma fração se manteve. Segundo, a peça central das acusações de pós-guerra, Auschwitz, não foi usada para nada, senão até o mesmo final do período relevante.

Ambas observações foram feitas no capítulo 3 do meu Livro. (*Butz, Arthur R. The hoax of the twentieth century. Torrance, Institute for Historical Review — 1.ª ed., ou Brighton, 1977, Historical Review Press — 2.ª ed.*). A segunda foi feita mais acima, e ambas foram confirmadas por publicações mais recentes.

Para precisar o ponto de que as acusações surgidas durante a guerra não se baseiam em fatos reais, a lógica é a que se segue: os defensores da lenda poderiam explicar a manutenção de somente uma fração dos informes nascidos durante a guerra, unicamente alegando que as circunstâncias bélicas haviam impraticado a corroboração da informação, e que, em consequência, muitas histórias imprecisas se fizeram correr para consumo massivo. O resultado havia sido, assim, um conjunto de relatos, que se bem originalmente havia estado inspirado em fatos reais, resultou, no final, ser uma distorção da realidade.

Sem dúvida, uma explicação como a assinalada não pode explicar a ausência de Auschwitz nas acusações de “extermínio” surgidas durante a guerra. O que poderíamos chamar o “aspecto Auschwitz”, só seria consistente com a explicação citada se houvesse se apresentado durante a guerra alguma história exagerada diretamente relacionada com as acusações de pós-guerra. Por exemplo: “extermínio” de judeus por meios adicionais às câmaras de gás. Como isto não se produziu, a lógica nos leva a conclusão de que as acusações da época da guerra não se baseavam em fatos concretos.

**TANTO OS DOCUMENTOS SURGIDOS DURANTE A GUERRA, COMO O COMPORTAMENTO DOS JUDEUS NA EUROPA OCUPADA, DEMONSTRAM QUE OS JUDEUS NÃO TINHAM NENHUMA INFORMAÇÃO**



## REFERENTE A UM PROGRAMA DE EXTERMÍNIO.

A resistência à deportação era algo raro, e que os judeus se deixavam transportar aos distintos campos sem nenhuma suspeita de que iam ser exterminados, é algo que se vem sabendo muito bem, durante muitos anos. Além disso, o material recentemente publicado só reforça esta observação. Sem dúvida, e no geral, as implicações deste fato não resultam estudadas. Note-se que a observação é válida tanto para os dirigentes judeus nos distintos países ocupados, como para a população judaica em geral.

Para enfocar o caso de um só homem que certamente teria estado muito bem informado, tomemos o rabino Leo Baeck, venerada cabeça dos judeus americanos. O rabino demonstrou, através de uma carta que escreveu em novembro de 42, que não tinha conhecimento algum de que os deportados judeus estavam sendo mortos. Ademais, por suas próprias declarações do pós-guerra, sabe-se que não preveniu a outros judeus das exterminações que supostamente estavam ocorrendo durante sua estadia em Theresienstadt, um lugar de onde muitos judeus foram deportados. (*Bauer, op. cit., p. 56, 58 e seg., Butz, op. cit., p. 109*).

Portanto, os judeus não tinham conhecimento de um programa de "extermínio", do único modo que se poderia resultar convincente, resistindo às deportações, ou pelo menos, comentando o "holocausto" em seus informes confidenciais.

## AS ORGANIZAÇÕES JUDAICAS FORA DA EUROPA OCUPADA, TAIS COMO O JDC, O WJC, O JA E OUTRAS, NÃO ATUARAM COMO SE ACREDITASSEM EM SUAS PRÓPRIAS ACUSAÇÕES DE EXTERMINIO

A lenda pretende que, em março de 1943, quase todos os judeus polacos haviam sido mortos. Sem dúvida, durante o suposto tempo da matança, e até 1944, inclusive, as orga-



nizações de beneficência judaica, assentadas no oeste, enviavam pacotes de alimentos aos judeus na Polônia. Particularmente através da JUS (Jüdisch Unterstützungsstelle — Agência Judaica de Assistência), com a permissão e a cooperação das autoridades alemãs. (*Bauer, op. cit., p. 329/334*).

Em 1944, a Polônia havia se transformado num campo de batalha. Em consequência, a 14 de março de 1944, o WJC recomendava aos britânicos, à medida em que as tropas soviéticas se aproximavam de Lvov, que ainda existia um considerável número de judeus na área, e que se devia dirigir uma nova e enfática advertência aos alemães, bem como intensificar, também, a tarefa de resgatar judeus de territórios ocupados pelos nazistas (obviamente para levá-los à Palestina, como se desprende claramente das declarações feitas durante a guerra pelo WJC). De modo que, na opinião do WJC, os judeus assassinados ainda estavam ali. (*Gilbert, op. cit., p. 181*).

Os diários judeus do oeste, enquanto publicavam ocasionalmente alguma acusação sobre massacres, manifestaram claramente que, em sua opinião, as acusações estavam muito exageradas, e tendiam a contradizer-se em suas afirmações. Por exemplo, o supostamente muito bem informado "Bund" judeu esquerdista, em sua publicação "The Gueto Speaks" (O Gueto fala), de outubro de 1943, falava da luta que irmana as massas judaicas e polacas. Também na opinião deles, os judeus assassinados ainda estavam ali.

Sem dúvida, excluindo incidentes específicos, como os assinalados, admite-se que, inclusive depois da declaração aliada de 17 de dezembro 1942 (a primeira acusação oficial de "extermínio"), "não houve nenhuma resposta forte e inequívoca por parte dos judeus norte-americanos, incluindo o JDC". (*Laqueur, op. cit., p. 183/186*). Como regra geral, "os mesmos judeus não pressionaram de um modo realmente forte em prol de um resgate e sua propaganda pela Palestina frequentemente parecia mais forte que a sua preocupação pelos passos imediatos a serem dados para salvar a seus irmãos". (*Bauer, op. cit., p. 188/193, 403*).

Desse modo a documentação histórica demonstra que, excetuando-se as suas acusações circunstanciais e ocasionais públicas de um "extermínio", as organizações judaicas

fora da Europa ocupada se comportaram como se não houvesse havido "extermínios". Isto fica claramente demonstrado por sua omissão de prevenir aos judeus europeus e pela natureza de seus reais esforços, como por exemplo, os relacionados com a Palestina.

**OS GOVERNOS ALIADOS E SEUS FUNCIONÁRIOS NÃO  
ATUARAM COMO SE ACREDITASSEM NAS ACUSAÇÕES  
DE EXTERMÍNIO, E SEUS SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA  
NUNCA PRODUZIRAM INFORMAÇÃO ALGUMA QUE  
CORROBORASSE AS INFORMAÇÕES**

Em conexão com os atos dos governos aliados e seus funcionários, podemos dizer que: a) as declarações dos governos em relação ao "extermínio", foram inconsistentes, equívocas, e o momento em que foram feitas as fez pouco convincentes; b) não se adotaram medidas concretas para interferir nas deportações de judeus, ou no que fosse que estivesse acontecendo nos campos de concentração; c) incidentes que envolveram funcionários de primeira linha demonstraram que estes funcionários não acreditavam nas acusações.

Entre as declarações destacadas dos governos aliados, talvez a mais conhecida seja a declaração aliada de 17 de dezembro de 1942. Esta declaração estava redigida de um modo inequívoco ainda que mostrasse uma grande carência em detalhes específicos. Não obstante, é o momento de sua aparição que a faz pouco conveniente.

De acordo com a lenda, os massacres fora da Rússia estavam supostamente em marcha, já fazia um ano inteiro. Mais ainda, a data mencionada também marca a primeira acusação soviética, inequívoca, de "extermínio", se bem que, supostamente, um programa semelhante já estava em operação desde junho de 1941. Isto faz com que a tardia afirmação soviética resulte particularmente não digna de crédito, posto que "existem todos os motivos para presumir que as autoridades soviéticas estavam bem informadas, desde o princi-



pio, sobre os fatos importantes que aconteciam nos territórios (soviéticos) ocupados". (Butz, *op. cit.*, p. 77/202; Laqueur, *op. cit.*, p. 68/72).

Por outro lado, a "Declaração de Crimes de Guerra" dos aliados, de 1º de novembro de 1943, que condena atrocidades alemãs, se abstém de mencionar aos judeus. Durante a redação de tal declaração o Foreign Office Britânico eliminou as referências às "câmaras de gás, porque a evidência não era digna de confiança". (Laqueur, *op. cit.*, p. 121).

Quanto a Auschwitz, a 10 de outubro de 1944 se fez uma emissão radiofônica, de Londres e Washington, na qual se acusavam aos alemães de "planos para a execução maciça de pessoas nos campos de concentração" de Auschwitz e Birkenau. O serviço telegráfico alemão contestou imediatamente, dizendo que "estes informes são falsos desde o princípio até o final". (Gilbert, *op. cit.*, p. 325). A primeira acusação oficial de alto nível, relativa a Auschwitz, de parte dos aliados, que se assemelha à lenda atual, data de fins de novembro de 1944, depois que o suposto "extermínio" já havia se finalizado, de acordo com o que se alega. Esta acusação está contida no que se chama "Informe WRB" (dado que provém do World Refugee Board — Conselho de Refugiados de Guerra). Os russos capturaram Auschwitz a 27 de janeiro de 1945, e não o abriram para sua inspeção, inclusive depois de que se fez pública a curiosidade referente ao tema, e mesmo depois que a publicidade sensacionalista dada às capturas de Belsen e Buchenwald, lhes dava, aos soviéticos, um bom motivo para unir-se à campanha. Em lugar disso, os russos simplesmente declararam, em fins de abril de 1945, que quatro milhões de pessoas haviam sido mortas em Auschwitz e, a 07 de maio de 1945, apresentaram um "relatório" mais detalhado. (*Idem*, p. 337).

Incidentes que envolveram destacados funcionários, demonstrando que estes não acreditavam nas acusações, são numerosos. A "estreita associação entre a comunidade judaica e a administração Roosevelt" é um fato bem conhecido. Em setembro de 1942 esta administração se mostrava reticente a aceitar os informes sobre os centros de assassinato e rechaçava a idéia de um intento organizado para liquidar os



judeus. Roosevelt explicou as deportações a Frankfurter: "os judeus deportados simplesmente estavam sendo empregados na fronteira soviética para construir fortificações". (*Feingold, Henry L. The politics of rescue. NJ, 1970, Rutgers Univ. Press, p. 9/170; Laqueur, op. cit., p. 94*).

Deve presumir-se que Roosevelt baseava suas explicações ao Juiz Frankfurter em informações dadas por seus serviços de inteligência, e Frankfurter deve ter ficado convencido porque, quando Jan Karski chegou mais tarde a Washington para contar suas lendas, Frankfurter lhe disse que "não podia acreditar". (*Laqueur, op. cit., p. 3*).

Quando as acusações sobre Auschwitz chegaram a Washington, os funcionários pertinentes do departamento de Estado, comentaram em particular que "coisas como esta vem de Berna desde 1942... Não duvidemos que isto é um judeu contando-nos acerca de outros judeus... Isto é simplesmente uma campanha deste judeu, Morgenthau, e seus assistentes judeus". (*DuBois Jr., Josiah E. The devil's chemists. Boston, 1952, Beacon Press, p. 184, 188; Butz, op. cit., p. 67*).

Na Grã-Bretanha houve uma situação semelhante. Em setembro de 1942 Churchill falou na Câmara dos Comuns condenando "a deportação maciça dos judeus da França, com os horrores lamentáveis emergentes da calculada e final dispersão de famílias". (*Gilbert, op. cit., p. 68, 95 e seg.*). Não disse nada sobre extermínio. No Foreign Office as acusações de extermínio geralmente não levavam crédito, e na Colonial Office um funcionário as chamou como "material lacrimógeno da agência judaica". (*Idem, p. 99*).

Em novembro de 1942, Edward Benes, o Presidente exilado da Tchecoslováquia em Londres, alguém que estava muito bem informado dos acontecimentos de sua pátria, escreveu ao WJC afirmando que as acusações provenientes de Riegner na Suíça eram falsas, e que os alemães não tinham planos para exterminar os judeus. O governo suíço, por sua vez, considerou a declaração aliada de 17 de dezembro de 1942 como "propaganda estrangeira de rumores do pior calão". (*Laqueur, op. cit., p. 162 e seg.; Bauer, op. cit., p. 229*).

De grande importância para nosso assunto é o que a inteligência aliada teve para dizer nesses casos. Depois de vá-

rios anos de convívio com a literatura publicada sobre este assunto, não nos chegou nenhum indício capaz de corroborar o "extermínio", que provenha de qualquer fonte de inteligência ativa durante a guerra. O que temos proveniente destas fontes de inteligência, fala muito decididamente contra esta lenda. Por exemplo, a 27 de agosto de 1943, William Cavendish Bentinck, presidente do Joint Intelligence Committee, cuja missão consistia em levantar a verdade ou falsidade desses informes acerca da Europa nazista "declarou confidencialmente, que as histórias em circulação '*tendem a exagerar as atrocidades alemãs, aos efeitos de estimular-nos*' ". (Laqueur, p. 83, 86; Gilbert, op. cit., p. 150).

O único dado realmente importante que temos, proveniente de uma fonte de inteligência, são as fotografias de reconhecimento aéreo que foram publicados por dois foto-intérpretes da CIA em 1979. Muitas das fotografias examinadas foram tomadas durante a primavera de 44, quando, de acordo com a lenda, uns 10 mil judeus húngaros entravam no campo todo o dia, para serem assassinados. Desde o momento em que tem que ser admitido que as facilidades crematórias em Auschwitz não tinham semelhante capacidade maciça, a lenda afirma que "os cadáveres eram queimados, dia e noite", ao ar livre. Nenhuma evidência disso pode ser vista nas fotografias, e os foto-intérpretes sublinham que até as chaminés dos fornos crematórios aparecem inativas. (Butz, op. cit., p. 149; Gilbert, op. cit., p. 231 e seg. Ver também: Brugioni, A. & Poirer, Robert G. *The holocaust revisited: a retrospective analysis of the Auschwitz-Birkenau extermination complex*, presumivelmente disponível no Public Affairs Office, central Intelligence Agency, Washington DC. 20505).

## O VATICANO NÃO ACREDITA NAS ACUSAÇÕES DE EXTERMÍNIO

Admite-se que a natureza ampla e extensa das operações da Igreja Católica garantiriam que o Vaticano teria sabi-

do o que estava acontecendo aos judeus. Contudo, não houve nenhuma condenação inequívoca referente a “extermínio” de judeus que saísse do Vaticano, inclusive depois que os alemães foram expulsos de Roma, nem tampouco depois da derrota alemã. E isto, apesar das fortes pressões impostas ao Vaticano pelos aliados, com o objetivo de obter uma declaração semelhante.

Houve uma afirmação equívoca na mensagem natalina do Papa, em 1942, pois foi feita somente depois que os britânicos sugerissem insistentemente que a emissão de uma declaração assim poderia ajudar a dissuadir aos aliados de bombardear Roma. Todavia, o Papa deixou claro aos aliados, mesmo no momento em que sua declaração estava sendo difundida, que não acreditava nas histórias: “sentia que havia algum exagero por efeitos da propaganda”. (*Laqueur, op. cit., p. 55/88; Butz, op. cit., apênd.; Gilbert, op. cit., p. 104 e seg.*). Que as vozes do Vaticano apoiem hoje a lenda, em suas declarações públicas atuais, é irrelevante do ponto de vista histórico.

### **AS AÇÕES E OS INFORMES DA CRUZ VERMELHA INTERNACIONAL NÃO CONCORDAM COM AS ACUSAÇÕES DE EXTERMÍNIO**

Como no caso do Vaticano, as declarações da Cruz Vermelha Internacional de hoje apóiam a lenda, mas isso resulta irrelevante do ponto de vista histórico. Tudo o que deveria interessar aos historiadores é o que contém realmente os informes concernentes às atividades da CVI durante a guerra.

A discrepância assinalada já mencionei “in extenso” em meu livro, de modo que não creio necessário repeti-la aqui. Sem dúvida, apontemos alguns feitos que se descobriram recentemente.

A 14 de abril de 1943, a CVI fez ver claramente que considerava Auschwitz como um campo de trabalho para deportados, a quem se podia enviar encomendas. (*Gilbert, op. cit., p. 129*).



Houve duas visitas muito divulgadas, da CVI, à Theresienstadt — o assentamento judeu na Tchecoslováquia. Os informes da Cruz Vermelha foram relativamente favoráveis em ambos os casos. O que raramente se destaca é que o delegado da Cruz Vermelha, na segunda visita, durante a primavera de 1945, foi George Dunand, que descreveu Theresienstadt, como um “experimento de certos dirigentes do Reich, que, aparentemente, eram menos hostis aos judeus que os responsáveis pela política racial do governo alemão”. (*Bauer, op. cit., p. 430 e seg.*). Posto que Dunand foi guiado em Theresienstadt por Adolf Eichmann, teve que saber que Theresienstadt era uma operação das SS de Himmler. Além disso, Dunand estava evidentemente em estreito contato com os representantes judeus. Por exemplo, em princípios de 1945, viajou a Bratislava, parcialmente ante a insistência de Saly Mayer, com o objetivo de abastecer os judeus fugitivos com fundos.

## **OS DOCUMENTOS ALEMÃES NÃO FALAM DE EXTERMÍNIO, MAS, BASICAMENTE, DE UM PROGRAMA DE EXPULSÃO E RECOLOCAÇÃO NO LESTE. NÃO EXISTE NADA SOBRE “CÂMARAS DE GÁS” NOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO OU EM OUTROS DOCUMENTOS ALEMÃES**

É bem sabido que os documentos alemães não falam de “extermínio”. Por exemplo, não existe ordem escrita alguma de Hitler para matar judeus. Os documentos mencionam uma “Solução Final” como a expulsão definitiva de todos os judeus da Europa, e de um processo simultâneo com a guerra, de recolocá-los no leste ocupado. (*Laqueur, op. cit., p. 152; Butz, op. cit., p. 205/212*).

Os defensores da lenda alegam que os alemães simplesmente praticavam uma vulgar circunspecção e evasão total referente ao que escreviam. Essa desculpa é falha na base. Semelhantes intentos de ocultamento teriam sentido somente em relação a algo que pudesse ser ocultado em absoluto. É óbvio que o “extermínio” físico de todos os judeus da Euro-

pa não poderia permanecer em segredo, qualquer que fosse o resultado da guerra. Pelo contrário, pelas razões apontadas mais acima, teria sido amplamente conhecido, inclusive enquanto estava acontecendo.

Ainda que suponhamos uma estupidez incrível por parte dos alemães neste assunto, seguramente temos que concordar que teriam conhecimento das acusações de atrocidades que estavam sendo levantadas nos países aliados. Portanto, teriam que dar-se conta que um disfarce semântico nos documentos não serviria para nada.

Tampouco há nenhum documento referente ao projeto e a construção de câmaras de gás. Sobre a base de minha experiência como engenheiro, está quase completamente fora de questão a possibilidade de suprimir todos os documentos históricos normais que, necessariamente, acompanham projetos de envergadura, tais como os que forçosamente deveriam haver culminado na construção de grandes câmaras de gás. Os planos não somente devem ser desenhados mas também distribuídos a um número considerável de indivíduos encarregados de certos detalhes. Não existe outro modo de lograr uma coordenação, indispensável. Inclusive, se os documentos mais importantes são controlados muito de perto, os distintos indivíduos intervenientes no projeto, reunidos em conjunto, teriam que poder subministrar detalhes, de um modo ou outro. E esses detalhes, compilados, deveriam ser coerentemente dignos de crédito. Carecemos desta coerência em tudo que é relativo ao "holocausto".

**A RESISTÊNCIA ALEMÃ A HITLER, INCLUINDO  
A QUE ESTAVA ENQUISTADA NO APARATO DA  
INTELIGÊNCIA MILITAR ALEMÃ, NÃO TINHA  
CONHECIMENTO, DE MODO ALGUM, DE UM  
PROGRAMA PARA EXTERMINAR AOS JUDEUS**

Parte da resistência alemã se opunha ao regime de Hitler por motivo da sua posição anti-judaica. Mais ainda, o

“Abwehr”, a Inteligência Militar Alemã, estava encabeçada até 1944 pelo Almirante Wilhelm Canaris, um traidor consciente. Seguiu-lhe no comando da “Abwehr”, Hans Oster, que manejava os assuntos financeiros e administrativos e guardava a lista central dos agentes. Tanto Oster como um de seus subordinados, Hans von Dohnanyi — um judeu parcialmente arianizado — se dedicaram a “ocupar-se de todo tipo de operações sem conexão alguma com suas tarefas imediatas”. Entre estas operações figuravam envolver-se na oposição anti-hitleriana e prestar assistência ilegal a vários judeus. (*Laqueur, op. cit., apênd. 1*). Ambos foram executados por participar do abortado golpe de 20 julho de 1944.

Nos numerosos relatos acerca das atividades da resistência anti-Hitler na Alemanha, por exemplo “A Oposição Alemã a Hitler”, de Hans Rothfels, não existe nenhuma evidência de que esta resistência teria conhecimento algum de um programa para exterminar os judeus, nem de que houvesse passado qualquer informação semelhante aos aliados. Se tivesse havido conhecimento de uma programa assim, é absolutamente evidente que teria sido passado aos aliados, pois a oposição a Hitler estava em contato com eles até o ponto de tentar — sem êxito — obter a promessa de algum tipo de apoio dos mesmos, no suposto caso de ter êxito em derrotar Hitler. (*Rothfels, op. cit., p. 125/151*). Mesmo se admitíssemos a possibilidade de que alguns alemães envolvidos com a resistência anti-nazista podiam não saber de um programa de “extermínio” físico dos judeus, podemos crer o mesmo de altos oficiais da “Abwehr”, se esse programa tivesse existido?

## CONCLUSÕES FINAIS

Concluimos assim, os oito pontos que estabelecem a não historicidade de um suposto programa para exterminar fisicamente a todos os judeus da Europa. A pretensão não resiste a nenhuma prova histórica relevante. O que acontece é que, se nos exigem crer que esses conhecimentos — conti-



namentais à escala geográfica, de três anos à escala temporal, e de vários milhões à escala de vítimas —, sucederam-se todos sem que nenhuma parte importante dos envolvidos se desse conta disso, é como se me dissessem que, enquanto eu não via nenhum elefante quando olhava dentro do meu porão, o elefante estava lá de qualquer jeito. Além disso, enquanto estava sentado tranqüilamente na minha sala de estar, tampouco me dei conta de que o elefante subiu as escadas e passeou um pouco por ali. E tudo isso em meio a um processo que fazia as escadas, a porta, o piso, compatíveis com este tipo de atividade. Depois, o elefante foi embora tranqüilamente, entrou num bairro comercial muito concorrido, ao meio dia e, finalmente, percorreu vários quilômetros de retorno ao zoológico. Mas ninguém percebeu.

Em alguma parte, e em conexão com a acusação de homicídio, Rassinier disse: “isto não é sério”. Não estou de acordo com essa afirmação. Isto é uma loucura. Sem dúvida, não é este o ponto da discussão. O ponto é que todas as observações antecipadas têm estado ali, diante de nossos próprios narizes, porque a maioria tem sido publicada em livros editados recentemente, e não pelos revisionistas, mas pelos defensores da lenda. E a maioria daquelas afirmações, que não procede dessas fontes, podem ser inferidas delas de qualquer jeito.

Graças a “holocaustomania” dos últimos anos, a existência dessas observações e suas partes integrantes em geral têm sido amplamente noticiadas. Quiçá os livros citados não têm sustentado as observações de modo sucinto e direto em que eu tenho feito, mas as têm sustentado sem lugar à dúvida. Seria, pois, um caso de miopia, de uma espécie que a posteridade achará difícil compreender se, ao manter a conversa sobre o “holocausto”, nos enredássemos tanto nos detalhes que os defensores da lenda pudessem acusar-nos de fugir aos fatos maiores, porque são precisamente os fatos maiores os que melhor demonstram, fora de toda dúvida razoável, a inexistência de um programa para o “extermínio” físico dos judeus da Europa.

Nas controvérsias que virão, os adeptos da lenda tratarão, fortemente, e por todos os meios, de confundir e compli-

car o tema com todos os truques que possamos prever e, quem sabe, outros mais. Por isso, meu mais importante conselho para todos os que entrem na controvérsia, é que não percam de vista que a verdadeira coluna vertebral de todo o assunto, a acusação de "exterminio", tem sido eliminada do caso pela análise histórica ordinária.

Segue-se a isso, que a tática básica dos defensores da lenda, nas controvérsias futuras, consistirá em tratar de levantar acusações que não podem ser comprovadas pelo método normal, de tratá-las como hipóteses dentro do contexto histórico apropriado, para ver se resultam coerentes. Que este procedimento já está sendo utilizado, pode ver-se no artigo que Gitta Sereny publicou no "New Statesman", de 2 de novembro de 1979. A autora deixa claro que gostaria muito mais de discutir lugares tais como Belzec, Sobibor e Treblinka, antes de falar de Auschwitz.

Há bons motivos para fazer isto. Sereny coloca deste modo: "Auschwitz combinava enormes instalações fabris com dispositivos próximos para exterminio. Auschwitz, porque tanta gente sobreviveu, tem chegado ao máximo ao nosso conhecimento. Mas, também, produziu a maior parte da confusão relativa aos dois tipos de campos".

Há uma distinção válida aqui: Auschwitz foi uma operação grande, multifacética, enquanto outros campos, supostamente de "exterminio", foram instalações obscuras que funcionaram só por curtos períodos de tempo, na função, quase exclusiva, de servir como lugar de trânsito para os judeus. Por isso, temos uma boa quantidade de informação sobre Auschwitz, enquanto que temos muito menos de outros campos. Como exemplo, não existem, provavelmente, fotografias de reconhecimento aéreo importantes de outros campos. Nem havia prisioneiros de guerra ocidentais nos outros; nem havia centenas de empregados civis comuns, nos outros; nem os presos de outros campos chegavam a ter contato com diversas pessoas num amplo território; nem tampouco havia, aparentemente, um conhecimento por parte da Cruz Vermelha, dos outros. Nem havia, também, tantos transportes de judeus provenientes do oeste da Europa, até os outros (ainda que houve transporte de judeus holandeses a Sobibor).



As conseqüências disto, são que resulta muito mais fácil refutar a lenda, à medida que essa se aplica a Auschwitz, que à medida que se aplica a outros lugares quando — fazendo-se concessões à disputa — nos separamos de tais argumentos históricos gerais que refutam o “extermínio”. Esta é, na realidade, a explicação acerca de porquê os defensores da lenda preferiram discutir Belzec, Sobibor e Treblinka.

Sem dúvida, os defensores da lenda estão em uma posição impossível nesta matéria: não podem abrir mão de Auschwitz sem abrir mão de todo assunto, porque não existe nenhum tipo de evidência apresentada para os outros campos que não seja idêntica com a apresentada para o caso de Auschwitz. Se a confissão do comandante de Auschwitz, Rudolf Hoess, é inconsistente, quem acreditará na confissão de Franz Stangl, comandante de Treblinka? Se os relatos de Rudolf Vrba e Miklos Nyiszli, referentes a Auschwitz, resultam incríveis, quem acreditará nos igualmente enfermos relatos de Jankiel Wiernik e outras pessoas obscuras, referentes a Treblinka? Se os tribunais de Nüremberg e os demais tribunais alemães não estabeleceram a verdade sobre Auschwitz, quem acreditará que tenha sido estabelecida a verdade sobre Treblinka? Se o grande número de judeus que, admitidamente, foram enviados a Auschwitz não foi assassinado ali, quem acreditará que o grande número de judeus enviado a Treblinka foi realmente assassinado ali? Meu conselho, pois, para todos os que se vejam envolvidos em discussões, é não permitir que os defensores da lenda escapem ignorando Auschwitz. O fato é que resulta muito mais fácil destruir a lenda tal como foi levantada para Auschwitz; e, por sua vez, Auschwitz, pela natureza da evidência levantada, arrasta o resto da lenda consigo.

Finalmente, o último ponto a considerar é o referente ao destino dos judeus que foram deportados. Nesse sentido, se um deixa de lado todo o contexto histórico, o argumento parece simples: os judeus deportados não se encontram no território que hoje chamamos Polônia; portanto, estão mortos. Com esse mesmo argumento, todos os milhões de alemães, e descendentes de alemães que viviam a oeste da linha Oder-Neisse, antes da guerra, também desapareceram,



e portanto, teriam que estar mortos. De fato, sem dúvida, sabe-se que o período analisado foi uma época de grandes deslocamentos maciços de população, e os judeus não constituem nenhuma exceção. Os soviéticos deportaram muitos para o interior da União Soviética, e durante o período imediatamente posterior à guerra, os judeus polacos que vinham infiltrando-se na Alemanha Ocidental, para seguir logo aos Estados Unidos, Palestina e outros destinos, chegaram até a converter-se, em um problema amplamente noticiado. (*Butz, op. cit., p. 14/17, 217/239*).

Tenho muito poucos outros conselhos a dar aos que embarquem em discussões relativas ao "holocausto", já que não posso prever todos os truques antecipadamente. Nem sequer posso assegurar que os argumentos refutados aqui são representantes dos que escutaremos no futuro. Mesmo hoje em dia, nos defrontamos com o argumento de que as tropas americanas e britânicas que capturaram Belsen, Buchenwald e Dachau "viram com seus próprios olhos". O que viram foram cadáveres, e tem sido relativamente muito fácil de demonstrar, de 1945 em diante, que estes cadáveres eram resultado das privações emergentes do colapso da Alemanha. Mas a confusão imperante é tão grande que continuamos escutando o mesmo argumento, de qualquer jeito.

Tudo o que posso somar, ainda, é que se deveria estar a par de toda a literatura revisionista e das obras literárias mais importantes que apóiam a lenda. Quanto às discussões, sobretudo temos que ter cuidado em preservar o contexto histórico e a perspectiva, para não ficarmos atrapalhados com uma visão histórica míope.

**A PERSISTÊNCIA COM QUE, PERIODICAMENTE, CERTOS CANAIS DE DESINFORMAÇÃO PÚBLICA INSISTEM EM CITAR O CHAMADO "HOLOCAUSTO", OBRIGA-NOS A DEFINIR OS CONCEITOS. A UM PAR DE ANOS ATRÁS, A NATIONAL FEDERATION OF GERMAN AMERICANS (POB 296 ROSEMOUNT, MN 55068 USA) DIRIGIU UMA CARTA ABERTA À CADEIA DE TELEVISÃO NORTE-AMERICANA ABC, POR**

**MOTIVO DA CONHECIDA SÉRIE "HOLOCAUSTO".  
DESNECESSÁRIO DIZER QUE A CARTA NUNCA FOI  
CONTESTADA. PRECISAMENTE POR ISSO, VALE A PENA  
CONHECER UMA SÍNTESE DE SEU CONTEÚDO, PARA  
ACABAR DE UMA VEZ POR TODAS COM UM DOS TANTOS  
MITOS FALSOS DO NOSSO TEMPO.**

Uma das características mais evidentes da farsa do "holocausto", é que ela se construiu sobre testemunhos que não resistem à menor análise. Todos os testemunhos sobre esse assunto provêm de judeus e de traidores alemães, cujas declarações foram posteriormente rejeitadas, mudadas ou revogadas.

Karl Wolff, por exemplo, foi um traidor, pelo menos desde 1942. Seu "negócio" consistia em deixar escapar prisioneiros aliados importantes. Esteve a ponto de produzir o colapso de toda a frente sul do Eixo, depois de negociar com Allen Dulles a rendição de mais de um milhão de soldados alemães. Seu testemunho, no sentido de que havia presenciado, junto a Himmler, execuções em um campo de concentração perto de Minsk, em agosto de 1941, tem sido completamente refutado por um fato muito simples: em agosto desse ano, Himmler jamais esteve nem perto de Minsk, já que permaneceu em seu quartel-general de Zhitomir.

William Hoettl também esteve em contato com o Escritório de Serviços Estratégicos, de Allen Dulles. Durante a guerra, lhe foi encomendado o "trabalho" de interrogar a seus ex-camaradas da SS, a mando do Serviço de Contra-Espionagem Norte-Americano (CIC). Em março de 1953, as próprias autoridades norte-americanas tiveram que prendê-lo, por trabalhar com dois agentes soviéticos, igualmente detidos, por acusação de espionagem. Curiosamente, a revista inglesa "Weekend", em sua edição de janeiro de 1962, afirmava que Hoettl havia sido um agente britânico durante a guerra. Seja como for, o certo é que Hoettl foi investigado por um tribunal de disciplina das SS, em 1942, sendo declarado culpado de conduta desonesta e infame, pelo que foi declarado "não apto para seguir como membro das SS".



Leon Poliakov é um propagandista profissional judeu. É o diretor de investigações do Centro Mundial de Documentação Judaica Contemporâneo em Paris, e seus testemunhos têm resultado em falsidades em um número incontável de ocasiões. Por exemplo, Poliakov tem o raro mérito de ser um dos poucos sujeitos que têm sido capazes de publicar quatro versões distintas do mesmo documento. Isso não é obstáculo para que o documento em questão (o famoso "Documento Gerstein") seja sempre apresentado como uma "exata reprodução do original". Parágrafos inteiros da terceira e quarta edição não aparecem em nenhuma das primeiras duas, e o resto está cheio de contradições. Ademais, versões posteriores do "Documento Gerstein" deixam de mencionar, por motivos óbvios, a cifra de 25 milhões de vítimas judaicas que figura no original da primeira versão. O documento em questão é tão evidentemente absurdo, que até o Tribunal de Nuremberg o abandonou como prova, a 30 de janeiro de 1946, mas Poliakov insiste em utilizá-lo.

Em geral, a lenda da decisão de gasear a todos os judeus da Europa é tão falsa que nem os próprios judeus podem acreditar nela. O Centro Mundial de Documentação Judaica Contemporâneo em Tel-Aviv não teve outro remédio senão reconhecer publicamente que nunca existiu uma "ordem de extermínio". Mas, se por si só, isto é pouco, também existem outros dados sumamente reveladores.

O internacionalmente conhecido autor David Irving ofereceu 10.000 dólares a qualquer um em condições de provar que Hitler soubesse de uma ordem, ou que tivesse emitido pessoalmente uma ordem, qualquer que fosse o seu texto, para "gasear" a uma só pessoa. Os 10.000 dólares nunca foram cobrados. O Instituto de Revisão Histórica dos Estados Unidos oferece 50.000 dólares a qualquer um que possa provar que "os nazistas gasearam a uma só pessoa". A oferta continua de pé, até o dia de hoje. O professor francês Paul Rassinier, que não foi somente não pró-naclonalsocialista, mas que esteve detido nos campos de concentração de Buchenwald e de Dora, passou anos inteiros viajando pela Europa para localizar qualquer um que, durante a guerra, tivesse visto, realmente, uma só câmara de gás. Não encontrou nin-



guém. Benedikt Kautzky, um marxista judeu que passou sete anos em diferentes campos de concentração alemães (incluindo três anos em Auschwitz), e que escreveu um livro relatando as suas experiências, reconheceu que *“em nenhum campo, em nenhum momento, topel com uma instalação parecida com uma câmara de gás”*.

Thies Christophersen, um agrônomo alemão que foi enviado aos laboratórios da Fábrica Bunawerk, em Auschwitz, para realizar tarefas de investigação na área da fabricação de borracha sintética, por ordem do Kaiser Wilhelm Institut, em 1944, visitou todos os diferentes campos separados que constituíam o complexo Auschwitz e, em um testemunho publicado alguns anos atrás, afirma que: *“durante toda a minha estadia em Auschwitz, nunca observei a mais leve evidência de execuções maciças em câmaras de gás”*. A prova decisiva sobre a mentira de Auschwitz provém, sem dúvida, da própria força aérea aliada. Durante a guerra, o serviço de inteligência norte-americano fez tomadas aéreas de Auschwitz. Ao se publicar essas fotografias, em anos recentes, se produziu um escândalo enorme, rapidamente silenciado. As mesmas demonstram que, tanto Auschwitz como Birkenau, eram complexos industriais e não campos de “extermínio”. Além disso, a disposição dos edifícios e a falta total de fumaça nas fotografias estão em contradição flagrante com as declarações dos supostos “testemunhos”.

Originalmente, a mesma lenda envolveu o campo de concentração de Dachau com um tenebroso conto de execuções maciças. Depois da guerra, em 1946, o recém-empossado Secretário de Estado da Bavária, imposto pelos aliados — Phillip Auerbach — descobria uma placa recordativa com todo o cerimonial do caso. Na dita placa, se afirmava que 238 mil judeus haviam sido exterminados naquele local. A coisa marchou bem, até que um belo dia Auerbach foi acusado, processado e condenado, por embolsar dinheiro reclamado como indenização a judeus inexistentes. O número total de mortos em Dachau, foi reduzido agora, oficialmente, a 20.600, e admite-se que a quase totalidade dos mesmos faleceu durante os últimos dias da guerra, por causa da tuberculose, tifo, cólera, pneumonia e subnutrição, causas que surgiram todas

devido a que, a essa altura da guerra, os alemães já não podiam transportar nem alimentos, nem medicamentos, porque, por um lado, eles mesmos careciam já disto e, por outro, o controle aéreo dos aliados era tão poderoso que todo transporte resultava pouco menos que impossível. Aos que, durante a década de 50 e 60, visitaram Dachau, mostrou-se uma série de fotografias de uma câmara de gás, que inclusive podia ser visitada. Atualmente todo mundo admite que se tratava de uma central de desinfecção (contra piolhos e outros parasitas), e até o Institut für Zeitgeschichte, de Munique, reconhece o que o cardeal Faulhaber afirmava em 1945: "que nunca houve câmaras de gás em Dachau"! E Faulhaber não pôde ser acusado de nazista, jamais.

Quanto aos demais campos de concentração, é realmente sintomático que todos se encontrem hoje em território soviético, onde, ou foram convenientemente "consertados", ou nunca foram examinados por observadores imparciais. Em síntese, todo o assunto pode resumir-se em uns poucos pontos claros e inconfundíveis. É preciso reter estes dados para julgar a questão:

1. Nunca houve seis milhões de judeus na área efetivamente ocupada por tropas alemãs.

2. Dos judeus que moravam nas áreas ocupadas, nem todos foram detidos e, daqueles que foram, a enorme maioria sobreviveu; dos que morreram, a quase totalidade faleceu por enfermidades, velhice e outras causas naturais.

3. O gás "Zyklon-B", com o qual supostamente foram "gaseadas" as vítimas do "holocausto", foi usado desde a I Guerra Mundial, não só pelas autoridades militares, mas também pelas civis, já que o gás em questão era um poderoso inseticida e desinfetante. Foi usado nos campos de concentração somente em fins específicos, para os quais foi fabricado.

4. Se os alemães quisessem realizar "gaseamentos" maciços, o lógico seria que empregassem gases letais, tais como "Tabun", o "Sarin", ou o "Soman", que haviam sido desenvolvidos já em 1936.

5. É sabido que, pouco depois do cessar de hostilidades da II Guerra Mundial, todo judeu que não pôde ser imediatamente localizado, ou que não se registrou às autoridades alia-



das, foi automaticamente considerado morto por extermínio. Devido a esse procedimento absolutamente arbitrário, chegaram a ocorrer casos bastante ridículos. Um deles é o de Simone Veil, que havia sido Ministra da Saúde Pública do governo francês de pós-guerra, até chegou a ser presidente do Parlamento Europeu. Pode-se ver seu nome na página 519 da “Memória da Deportação dos Judeus da França”, onde essa boa senhora figura como pessoa executada na câmara de gás. Sua ressurreição continua sendo um mistério.

6. Ninguém, em nenhuma parte, pôde, até o dia de hoje, localizar pessoa alguma que realmente tenha visto o “gaseamento” de um só ser humano pelos alemães. Além disso — e isto é realmente decisivo — *ninguém, nunca, em parte alguma, foi preso e OFICIALMENTE acusado de “gasear” prisioneiros nos campos de concentração!!!*

7. O total absoluto de indivíduos que foram registrados em Auschwitz chega a somente 300.000 indivíduos. Os registros de campo foram tomados intactos pelos aliados.

8. Até o último mês da guerra, a Cruz Vermelha inspecionou regularmente os campos de concentração, encontrando-os em estado satisfatório, até que o controle aliado do espaço aéreo impediu o abastecimento básico.

9. Aos prisioneiros de Auschwitz sempre se permitiu receber pacotes de auxílio, provenientes de seus familiares, tanto da Alemanha como do estrangeiro. Também, os parentes e amigos das pessoas internadas podiam visitar os reclusos, e isso dificilmente é compatível com os procedimentos usuais para um campo de extermínio.

10. O limitado testemunho de “gaseamentos” que existe tem sido obtido, ou por falsificação de documentos (como o caso Pollakov), ou por tortura de pessoas envolvidas direta ou indiretamente com os campos de concentração. Destacados membros de Comissões Investigadoras do Congresso dos EUA tem atestado que os prisioneiros alemães foram freqüentemente maltratados com selvageria por inquisidores judeus. Romperam-lhes as mandíbulas, esmagaram seus testículos, quebraram-lhes os dentes e arrancaram suas unhas, para obter “confissões”. Também é público que, em várias oportunidades, os cidadãos alemães foram ameaça-



dos, por membros das tropas aliadas de ocupação, com a perda de seus cartões de racionamento, com o estupro de suas esposas por negros do exército norte-americano, com a execução pura e simples, e com sua entrega aos russos, se não "confessassem" determinados crimes listados e marcados previamente.

No "Arquipélago Gulag", Alexander Solzhenitsyn aponta o caso de Jupp Aschenbrenner, um bávaro que foi obrigado pelos soviéticos a assinar um documento em que ele admitia ter trabalhado em supostos "vagões de gás". Somente muitos anos depois ele pôde provar que, à época em questão, encontrava-se em Munique, aprendendo o ofício de soldador.

A obtenção de confissões por torturas está na ordem do dia em praticamente todos os conflitos armados. Durante a guerra da Coreia, nada menos que 38 pilotos norte-americanos, feitos prisioneiros pelos coreanos, "confessaram" ter empregado armas bacteriológicas. Por isso, ninguém jamais levou a sério as "confissões" desses pilotos. Somente as "confissões" arrancadas de ex-membros das SS são apresentadas como documentos de valor histórico.

11. Os procedimentos de "gaseamento" e de cremação, descritos pelas supostas testemunhas, são inconsistentes e fisicamente impossíveis. Por exemplo, afirma-se que o pessoal do campo entrava imediatamente nas câmaras de gás, sem nenhum tipo de proteção especial, para retirar os cadáveres. Tal procedimento, se assim ocorresse, significaria a morte segura desse pessoal, já que o Zyklon-B — precisamente por ser um pesticida de alto rendimento — tem um grande poder letal residual.

Por outro lado, em qualquer livro de medicina forense pode-se constatar que são necessárias aproximadamente 40 horas para cremar um corpo humano, usando madeira ou petróleo como combustível. Fazendo-se uma abstração da crônica falta de combustível das forças de combate alemãs, isto significa que, para cremar 6 milhões de corpos, seriam necessárias nada menos que 240 milhões de horas de cremação. Supondo-se que fossem cremadas, simultaneamente, cerca de 1000 pessoas, ainda assim temos que seriam necessárias 240.000 horas para cremar 6 milhões de corpos. Duzen-

tas e quarenta mil horas são, exatamente, 10.000 dias, ou seja: pouco mais de vinte e sete anos!!! Se os alemães tivessem cremado 1000 judeus, simultânea, incessante, eficiente e ininterruptamente, a partir de 1940, teriam terminado de cremar o último dos 6 milhões de judeus em 1967!!!

Além de tudo, as cinzas que ficam, depois da cremação de um corpo humano, pesam entre 2,5 e 4,5 quilos. Para 6 milhões de corpos, isso significa que, em alguma parte, deveria haver entre 15 e 27 milhões de quilos de cinzas — sem calcular os resíduos do combustível empregado. Onde estão essas 27.000 toneladas de restos???

12. Segundo o "World Almanac", do American Jewish Committee (Almanaque mundial do Comitê Judeu Norte-americano), havia, em 1938, 15.688.259 judeus em todo o mundo. Segundo o "New York Times", em um artigo publicado por W. Balswin, em 1948 a população mundial judaica era de 18.700.000 pessoas. Se, dos 15 milhões de 1938, subtraímos os supostos 6 milhões do "holocausto", ficam apenas 9 milhões. É absolutamente impossível que estes 9 milhões tenham se reproduzido tanto, chegando aos 18 milhões de 1948. Nenhuma população do mundo é capaz de duplicar seu número em três ou quatro anos. Nem sequer em dez anos seria possível tal crescimento demográfico.

13. A cifra de judeus mortos e desaparecidos durante a II Guerra Mundial nunca passou das 250.000 pessoas. Esta cifra é a que foi manipulada oficialmente tanto pela ONU como pela Cruz Vermelha Internacional. Nesta cifra estão incluídos tanto os judeus que morreram de morte natural como os que simplesmente desapareceram, e reapareceram, são e salvos, como no caso de Simone Veil.

Ninguém discute a possibilidade, nem mesmo a probabilidade, da existência de irregularidades e brutalidades cometidas por alguns membros das SS. Elementos sádicos e anormais houve, há e haverá em todas as tropas do mundo. As matanças dos Bôers pelos ingleses, as matanças de Katyn pelos russos, a matança de My Lai pelos norte-americanos, no Vietnã, são só amostras para ilustrar o ponto. Ninguém pretende afirmar que nunca um judeu foi morto ou maltratado por um alemão. Mas, 6 milhões de judeus jamais morreram

nos campos de concentração. Jamais existiu ordem para exterminá-los. Jamais os alemães praticaram oficial, oficiosa ou sistematicamente o genocídio. O tão manuseado "holocausto" jamais existiu. O famoso "holocausto", bem analisado, não é senão um colossal "holoconto", utilizado pelos israelenses para cobrar somas consideráveis como indenizações. Esta é a verdade: o "holocausto" nada mais é que um sinistro negócio.